

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

ATA DE REUNIÃO N.º 1

Realizada no dia 1 de abril de 2019

*Local: Centro Cultural de Mirandela
(Auditório Pequeno)*

Membros Presentes:

Júlia Maria de Almeida Lima de Sequeira Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Mirandela

Orlando Ferreira Pires
Vereador do Pelouro do Desporto

Maria Madalena Sousa Ferreira
Chefe de Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude

Nuno Miguel Silva Magalhães
Representante eleito da Assembleia Municipal

José Manuel de Carvalho Fernandes
Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro

Manuel Maria Nogueira Fontes
Presidente da Junta de Freguesia das Aguieiras

Nelson Manuel Sousa Teixeira
Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais

António Manuel Abambres Martins
Presidente da Junta de Freguesias de Cedães

Manuel Maria Figueira
Presidente da junta de Freguesia de Fradizela

Vítor Manuel Correia
Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela

Carlos José da Silva Pires
Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho

Cristina Maria Ribeiro Passas
Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador

Nuno José Gonçalves Nogueira
Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama

Carlos Manuel Pilão Cadavez
Presidente da Junta de Freguesia de Vale Salgueiro

Arménio Adérito Vaz
Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira

Isidro José Mata Borges
Presidente do Clube de Ténis de Mesa de Mirandela

Luís Neves
Representante da Associação de Defesa Pessoal do Nordeste Transmontano

João Alves Ferreira Ribeiro
Presidente do Clube Caça e Pesca de Mirandela

Marco Paulo Martins
Representante da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale Madeiro

Estaefanio Teixeira
Representante dos Bravos 278

Susana Maria Borges da Costa
Representante da Associação para o desenvolvimento de São Pedro Vale do Conde

José Augusto Pina Correia
Representante do Ginásio Clube Mirandelense

João Manuel Botelho Vinhais
Representante do Clube Fluvial de Mirandela

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

Membros Ausentes:

António Lemos
Representante do Sport clube Mirandela

Carlos Fernando Freitas
Representante do grupo escolar de educação física do agrupamento de escolas de Mirandela.

Vítor Dias
Diretor Regional Norte do Instituto Português do Desporto e Juventude

Paulo Licos
Técnico Superior do Instituto Português do Desporto e Juventude

Sofia Eduarda Correia Morais
Representante do Desporto Adaptado

José Eduardo Evaristo Cabanas
Presidente da Junta de Freguesia de Abambres

Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso
Presidente da junta de Freguesia de Alvites

Duarte José Ruivo
Presidente da Junta de Freguesia da Bouça

António Augusto Lopes Alves
Presidente da Junta de Freguesia de Cabanelas

Carlos Miguel Lopes Cunha
Presidente da Junta de Freguesia de Caravelas

Manuel Lopes Rodrigues
Presidente da Junta de Freguesia de Cobro

José Carlos Teixeira
Presidente da Junta de Freguesia de Frechas

Vanda da Assunção Carvalho Preciso
Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão

Mário Domingues Morais
Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas

Claúdia Viviana Estrói Carvalho Afonso
Presidente da Junta de Freguesia das Múrias

Márcio André Valoura Teixeira
Presidente da Junta de Freguesia dos Passos

Maria Luísa Deimãos Lopes
Presidente da Junta de Freguesia de Suções

Manuel João Fraga
Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Asnes

Rui António Assis Melo
Presidente da Junta de Freguesia de Vale Gouvinhas

Joaquim António Morais Clemente
Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas

Bernardino Manuel Pereira
Presidente da União de Freguesias dos Avantos e Romeu

Luís Carlos Perafita Esteves
Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelo e Valverde da Gestosa

Paulo Jorge Morais Pontes
Presidente da União de Freguesias do Franco e Vila Boa

António André Batista Geraldo
Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde

Hugo Fidalgo
Representante da Associação Mirandelense de Artes Orientais

Miguel Moreira
Representante do Clube Amador de Mirandela

Carlos Alberto Martinho Lopes
Representante do Clube Futsal Clube de Mirandela

Hélder Silva

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

Representante do Grupo Mirandela a Correr
Ricardo Pires
Representante do Clube de Ciclismo de Mirandela
Rui Ferreira
Representante do Bôar Parapente Clube
Luís Miguel Escoval Pires
*Representante da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de
Valbom dos Figos*
Maria da Piedade Trigo
Representante do Grupo Desportivo do Cachão
José Manuel Vaz Pinto
*Representante da área de Ed. Física Ensino pré-escolar e primeiro
ciclo*
José Guedes
Representante da Associação de Pais

Abertura a Reunião

A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, *Júlia Rodrigues*, deu as boas vindas e agradeceu a todos aqueles que promovem o desporto em Mirandela e trabalham em parceria com a Câmara Municipal de Mirandela. Referiu ainda que esta reunião é um passo importante, porque é a primeira que está a ser feita, existindo ainda muito trabalho a fazer quer seja ao nível das parcerias quer seja ao nível das redes que são sempre importantes e que indicam soluções importantes para o desporto. Proferiu ainda pretender que o desporto seja para todas as idades, para todas as condições sociais abrangendo mais território do concelho de Mirandela, por isso agradeceu também aos senhores presidentes de junta de freguesia presentes e também aos colegas que trabalham na área do desporto que certamente terão aqui um papel muito interessante. Enunciou ainda que a Câmara Municipal de Mirandela está sempre disponível para transformar Mirandela, que já é um Município Amigo do Desporto. Mirandela têm muitas modalidades, o que é positivo, são referência no país e no mundo da prática desportiva, tem grandes desportistas, grandes clubes por isso, apesar de todas as dificuldades, sob o ponto de vista até financeiro, porque as despesas são muitas, com vontade, união e espírito de equipa é como num jogo desportivo que com vontade e persistência chega sempre ao sucesso.-----

Comunicou ainda que, em virtude de outros compromissos iria ausentar-se, passando a presidência da reunião do *Conselho Desportivo Municipal* o Sr. Vereador do Desporto, Orlando Pires.-----

O Senhor Vereador do Desporto, Orlando Pires deu início à reunião e expressou que as palavras da senhora presidente caracterizam muito bem, aquilo que tem sido e aquilo que é o concelho no que diz respeito à prática desportiva e de facto este

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

trabalho só é possível porque existe uma disponibilidade muito grande por parte dos dirigentes, por parte das equipas técnicas que estão cada vez mais a procurar fazer a sua capacitação e também por parte das famílias, dos pais e dos atletas. A Câmara Municipal de Mirandela tem tido um papel de apoio logístico e de apoio financeiro mas de facto quem faz a gestão da prática desportiva no dia-a-dia são os dirigentes. O Conselho Desportivo Municipal, de que se está a tomar posse, vai permitir debater várias questões sobre a prática desportiva e criar, de certa forma, um concelho consultivo para a homologação de atividades desportivas que vão decorrendo ao longo do ano no concelho. Falar da prática desportiva e da capacitação é por um lado, falar de competição e por outro também da formação integral dos jovens, está tudo ligado. Existe também uma dimensão muito forte que é a promoção do território, tanto dentro como quando há deslocações para o exterior, promovendo-se o território, não necessariamente só com resultados mas com atitude. E este trabalho tem que ser um trabalho cada vez mais em rede, não só no concelho de Mirandela mas também nos concelhos limítrofes e no país. Por isso, as diversas solicitações de colaboração para a autarquia ser parceira em determinados eventos desportivos, têm de estar salvaguardadas, sempre e em cada caso, sobretudo ao nível da segurança dos praticantes, dos jovens. Constata-se que nem sempre as condições estão criadas para a câmara dizer sempre sim e apoiar, pelo que tem de criar-se neste Conselho mecanismos para que o trabalho a desenvolver em parceria seja claro, profícuo e sempre melhor. Seguidamente deu as boas vindas e deu início à ordem do dia:-----

Ordem do Dia

Ao dia um do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito e trinta minutos, reuniram no auditório municipal de Mirandela, os membros do Conselho Desportivo Municipal de Mirandela, sob a presidência do Sr. Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Mirandela, Orlando Pires. Teve início à hora marcada, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto um: Apresentação da Constituição do Conselho Desportivo Municipal (CDM);-----

Ponto dois: Apresentação do Diretor Regional Norte do Instituto Português da Juventude e Desporto, Dr. Vítor Dias;-----

Ponto três: Indicação da Secretária do Conselho Desportivo Municipal;-----

Ponto quatro: Indicação de membros constituintes do Concelho Desportivo Municipal;-----

Ponto 1 - Apresentação da Constituição do Concelho Desportivo Municipal (CDM)

O Sr. Vereador do Desporto, Orlando Pires solicitou ao Coordenador do Desporto, Ricardo Gomes a apresentação da composição do Conselho Desportivo Municipal. O mesmo referiu que o Conselho Desportivo Municipal está previsto no regulamento municipal de atribuição de comparticipação à prática desportiva do

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

concelho de Mirandela. Este regulamento foi aprovado em 2010 em reunião de câmara e na assembleia municipal. Foi enviado para todos através de convocatória e diz no artigo 61 em que consiste. O Conselho Desportivo Municipal é um órgão consultivo da Câmara Municipal de Mirandela que visa a promoção de uma política desportiva no âmbito das competências legalmente atribuídas aos órgãos autárquicos. Na sua composição prevê um total de sessenta e seis pessoas as quais se enquadram:-----

- O Presidente da Câmara Municipal de Mirandela;-----
- O Vereador do Pelouro do Desporto;-----
- O Chefe de Divisão que integre as competências na área do Desporto ou na sua falta o técnico responsável pela área do desporto;-----
- Um representante eleito da Assembleia Municipal;-----
- Os Presidentes de Juntas de Freguesia responsáveis por Equipamentos Desportivos;-----
- Um representante de cada entidade dos agentes desportivos com estatuto de utilidade e com o seu processo atualizado;-----
- Um representante das Escolas de Ensino Pré-escolar e 1º Ciclo na área da expressão físico-motora;-----
- Um representante dos grupos disciplinares de Educação Física da Escola Secundária e de cada Agrupamento Escolar;-----
- Um representante dos Centros de Saúdes de Mirandela;-----
- Um representante das Associações de Pais;-----
- Um representante do Curso de Motricidade Humana do Instituto Piaget;-----
- Delegado Regional do INATEL;-----
- Delegado Regional do Instituto do Desporto de Portugal;-----
- Delegado Regional do Instituto Português da Juventude;-----
- Um representante do desporto adaptado;-----
- Dois elementos de reconhecido mérito técnico-científico e/ou experiência na área desportiva, designados pelo Presidente da Câmara ou Vereador com a Competência Delegada;-----
- Dois elementos de reconhecido mérito desportivo do concelho, preferencialmente ex-praticante, ex-treinador ou ex-dirigente;-----
- Um secretário (a), sem direito a voto, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com Competência Delegada da Câmara Municipal de Mirandela.-----

O mandato dos elementos do Conselho Desportivo Municipal tem a duração de dois anos, sendo que nenhum elemento pode ultrapassar três mandatos consecutivos. Compete ao Conselho Municipal da Atividade Física e Desportiva de Mirandela designadamente:-----

- a. Emitir parecer sobre as linhas de orientação geral da política de desenvolvimento desportivo do concelho;-----
- b. Emitir parecer sobre as opções do plano de atividades e orçamento do município para o desporto;-----

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

- c. Emitir parecer sobre as candidaturas apresentadas pelos agentes desportivos, a atribuição do "Estatuto de Interesse Desportivo Municipal", o cumprimento dos protocolos e contratos-programa em execução, bem como, sobre outras matérias desportivas que lhe forem presentes pelos órgãos municipais;-----
- d. Pronunciar-se sobre projetos municipais relativos a matérias de desenvolvimento desportivo;-----
- e. Apresentar propostas, sugestões ou recomendações sobre qualquer assunto de interesse para o desenvolvimento do desporto no concelho de Mirandela;-
- f. Pronunciar-se sobre as medidas a adotar no âmbito da formação dos agentes desportivos;-----
- g. Emitir parecer quanto à Carta Desportiva Municipal, Carta Equipamentos Desportivos e restantes documentos estratégicos;-----
- h. Pronunciar-se, sem carácter vinculativo, sobre as Taxas de Utilização das Instalações Desportivas bem como, sobre as condições de cedência de transportes, afixação de publicidade em recintos desportivos e a prestação de serviços desportivos municipais;-----
- i. Emitir pareceres quanto à construção ou ampliação de infraestruturas desportivas necessárias ao desenvolvimento desportivo do Concelho;-----
- j. Propor alterações ao presente Regulamento.-----

Ponto dois: Apresentação do Diretor Regional Norte do Instituto Português da Juventude e Desporto, Dr. Vítor Dias;

O Sr. Diretor Regional Norte do Instituto Português da Juventude e Desporto, *Vítor Dias*, saudou os presentes, e referiu que é com gosto que vem a este Conselho, agradecendo o convite, à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Júlia Rodrigues, ao Sr. Vereador do Desporto, Orlando Pires, à Sr.^a Chefe de Divisão da DEASDJ, Madalena Ferreira e ao colega Paulo Licos Técnico Superior do Instituto Português da Juventude e Desporto, que no que diz respeito ao Conselho Desportivo Municipal de Mirandela será o representante do Instituto Português da Juventude e Desporto. Saudou as instituições, felicitou o Município de Mirandela por esta iniciativa, pois apesar de decorrer e estar previsto na lei infelizmente ainda não há muitos municípios que tenham implementado o Conselho Desportivo Municipal. Relativamente à sua presença no Conselho afirmou que é para falar de desporto, para transmitir um manancial de situações e de muitas matérias e muitas áreas que vão desde a infância até à idade sénior, pois atualmente o desporto tem uma importância social muito grande. O governo entendeu dar uma nova visão, uma nova estratégia ao desporto, e desde logo capacitar as direções regionais do Instituto Português da Juventude e Desporto adiante designado por IPDJ com algumas ferramentas que lhes permitam ter uma intervenção mais direta, porque uma das grandes diferenças que se sentia é a diferença entre a cultura organizacional da juventude e a cultura organizacional do desporto, enquanto na juventude se tem um conjunto de programas de apoio direto às associações juvenis

e às associações de estudantes, aquilo que é a atividade das pequenas coletividades no território, o desporto foi sempre muito centralizado, sem grande capacidade de decisão para a direção regional e em certa medida se talvez tenha que ser assim. É difícil haver outro modelo sobretudo no que à vertente competitiva diz respeito, ao desporto federado, às competições, etc. Informou que tradicionalmente o apoio do Estado ao desporto é feito essencialmente através das federações das modalidades e depois através de grandes eventos, à parte das competições olímpicas e paralímpicas. Nesta legislatura entendeu-se que o desporto tem esta vertente de contributo para a coesão social, igualdade de oportunidades, para a complementaridade daquilo que é a formação das pessoas, pensa-se muito naquilo que é a educação não formal através do desporto e foram criados um conjunto de programas e mecanismos para aproximar os decisores dos clubes.-----

Chamou ainda a atenção para quatro ou cinco áreas e programas importantes, desde logo as questões da violência no desporto, tão prementes principalmente na componente competitiva, com a criação e lançamento do programa Plano Nacional de Ética no Desporto. Este Plano tem conjunto de vertentes para fomentar o espírito da ética no desporto, desde o envolvimento da comunicação social, passando às escolas, até aos reclusos. Depois referiu outro programa que tem a ver com as questões da capacitação e da formação dos dirigentes. É consensual que já não haverá um problema na qualificação dos treinadores, já não haverá um problema na questão de formação de técnicos de desporto, o problema persiste sim na qualificação de dirigentes, é urgente qualificar os dirigentes desportivos. É importante trabalhar as questões de autossustentabilidade, aquilo que é hoje muitíssimo importante num clube que é ver outras fontes de financiamento, outras formas de gestão, que permitam aos clubes não dependerem só do estado, quer seja o estado governo central, quer seja o estado governo local, é nesse sentido que foi lançado o programa chamado **Clube Top**, que tem uma forte componente formativa.-----

Acrescentou que foram lançados dois projetos muitíssimo importantes, que são essenciais, relacionados com a chamada carreira dual, que é possibilitar aos alunos quer seja no ensino obrigatório, quer seja no ensino secundário possibilidade de compatibilizar os estudos com a prática desportiva, sobretudo aqueles que estão na alta competição. Foi recentemente aprovado o **Estatuto de Atleta Estudante do Ensino Superior**, havia nesta área uma décalage e também na que diz respeito ao abandono da prática desportiva, com a entrada dos jovens no ensino superior muitos praticantes deixam o desporto porque são deslocados, ou porque os professores não aceitam a prática desportiva, ou porque não conseguem conciliar. Deu-se um pequeno passo com a efetivação deste estatuto Atleta Estudante.-----

Mas tão ou mais importante ainda foi a introdução de um outro programa que mereceu até um prémio da OCDE, que se chama UAARE - **Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola** e tem a ver com alunos que são atletas de alta competição, ou com potencial de alta competição e que estão no ensino básico e secundário. Com este projeto é possível ter aulas à distância, ter um tutor que

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

acompanha, é possível os alunos deslocarem-se para estudar com programas adaptados e em média estes alunos até têm melhores resultados académicos.-----

O programa **PRID - Programa de Requalificação de Instalações Desportivas**, que permite apoiar a requalificação de instalações desportivas dos clubes, que vai na sua terceira edição e permite apoiar até 50.0000 euros, máximo 50% essa requalificação tem sido para melhoramento de balneários e acessibilidades entre outros.-----

O programa **PNDPT – Programa Nacional de Desporto para Todos**, que permite ao IPDJ apoiar diretamente os clubes e as coletividades, não apoia a parte competitiva mas a chamada formação de jovens atletas, formação de novas modalidades. No âmbito deste programa também existe uma vertente de produção de conhecimento científico sobre a atividade física e o desporto, uma linha de apoio para as universidades para produzir conhecimento.-----

Numa pincelada genérica foram apresentados programas promovidos pelo IPDJ, como aproximação aos clubes e às coletividades, tendo dado a entender que estão desadequados da legislação atual, e referiu como exemplo o conhecido jogo de futebol profissional da primeira liga, interrompido por questões de segurança na bancada e um incêndio numa associação desportiva em Tondela que matou 8 pessoas. Estes acontecimentos devem ser pensados por todos, dado que por vezes por detrás de um conjunto de boas intenções correm-se enormes riscos. Foi ainda referida a necessidade de se delinear uma estratégia em conjunto para que os clubes e associações recreativas possam adaptar as suas instalações àquilo que é a realidade atual, onde o município tem um papel fundamental.-----

Salientou ainda o associativismo desportivo, o seguro desportivo, mecenato, título profissional de treinador de desporto, título profissional de técnico de exercício físico, título profissional de diretor técnico, licenciamento de instalações desportivas. Do ponto de vista genérico o associativismo desportivo enquadrado no artigo setenta e nove da constituição, a primeira chamada de atenção é para o seguro desportivo, que na componente competitiva, fica salvaguardado pelas associações distritais e federações, onde é obrigatório, mas torna-se importante que quem têm instalações desportivas e as utiliza para a prática desportiva direta ou indireta tenha um seguro para o que lá se desenvolve. Referiram-se ainda dois tipos de seguro, o seguro das instalações desportivas e um seguro da prática desportiva para as pessoas que estão lá a praticar.-----

Na questão do mecenato desportivo foi referida a existência de obrigações e direitos. A lei prevê apoios ao mecenato desportivo, qualquer entidade que tenha utilidade pública pode ter direito ao mesmo, feito através da aplicação on-line SNID apresentando os documentos que depois de validados podem beneficiar. O título profissional de treinador de desporto prevê uma componente geral e uma específica, estando neste momento a ser realizado um trabalho de alteração à lei em vigor, de qualquer forma ninguém pode treinar sem ter o título, que é dado pelo instituto. Na parte da componente geral qualquer instituição pode organizar um seminário e pode pedir a creditação desse seminário ao IPDJ, já se for a componente específica têm que ser a própria federação da modalidade a acreditar. O acesso ao título pode ser

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

via formação de treinadores de plano nacional, via formação académica ou via dos reconhecimentos das competências.-----
Foi referido ainda que o título de diretor técnico é exigido para qualquer instalação desportiva, estando neste momento a ser aprofundado este tema, mas a figura do diretor técnico deve existir em todas as instalações desportivas.-----
Acrescentou ainda que o licenciamento de instalações como equipamento desportivo é da competência das autarquias, regulamentado no âmbito do RJUE, onde é referido que qualquer instalação, seja para que uso for, nomeadamente desportivo, tem que estar licenciada e compete ao município licenciar.-----
Outro aspeto importante referido foram os regulamentos de segurança, que de acordo com a lei, qualquer instalação desportiva que tenha público a assistir têm que ter um regulamento de segurança próprio, que se refere especificamente ao público, aos adeptos e aos atletas. Para a sua construção devem ser pedidos apoios quer das forças de segurança, quer dos bombeiros. Foi ressaltado novamente que sem a licença de utilização de equipamento desportivo, as entidades não se podem candidatar aos apoios do IPDJ e o regulamento de segurança têm que separar público de atletas no âmbito do combate à violência no desporto. Sublinhou também que a fiscalização compete à ASAE e à polícia de segurança pública e a multa situa-se entre setecentos e cinquenta euros.-----

Orlando Pires, Presidente do Concelho Desportivo Municipal

Tomou da palavra e disse que o Conselho Desportivo Municipal e a presença de todos os representantes, não devem ser encontros meramente decorativos, pelo contrário, é pretendido que o Conselho Desportivo Municipal assuma a responsabilidade e a competência que tem, à semelhança do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal da Juventude e Conselho Municipal de Segurança.-----
Como aludido por parte do Dr. Vítor Dias, referiu que existe uma missão que todos os presentes têm em conjunto, que é a promoção da prática desportiva e a formação dos jovens. Sublinhou ainda que muitas vezes a boa vontade pode levar para aspetos menos positivos senão estiverem bem alinhados, sobretudo acautelando questões fundamentais de segurança e profissionalismo. Aquilo que é percebido por parte dos clubes e associações de Mirandela, é que existe na esmagadora maioria dos casos uma consciência para os aspetos referidos e sempre que Provas são colocadas para homologação, a Coordenação do Desporto do Município realiza o acompanhamento do processo, acautelando questões de segurança.-----
Na cidade de Mirandela é difícil prever todos os eventos que irão decorrer mas existem alguns em que se pode antecipar a organização promovida pela CMM, nomeadamente a Volta ao Nordeste, a realização de um trail, torneios das várias modalidades, prova de águas abertas, etc. Foi referido que por vezes as provas são promovidas com o apoio do município, outras vezes são os clubes e as freguesias, e foi questionado se as entidades organizadoras estarão a fazer tudo bem. Foi pedido neste âmbito uma check-list ao coordenador do Desporto da autarquia.-----

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

Ricardo Gomes, Coordenador de Desporto da Câmara Municipal e Mirandela

Informou que se tudo estivesse em conformidade neste aspeto, todas as coletividades estariam na perfeição e não haveria necessidade de se realizar este encontro. Quanto à questão de homologação de Provas, foi referido que é um aspeto fundamental, dando-se como exemplo o que acontece no futebol, onde a realização de um torneio local de uma junta de freguesia pressupõe que todo esse pedido tenha de ser remetido à Associação de Futebol de Bragança para a sua realização. Na realidade a fiscalização compete à ASAE, onde um simples jogo entre “solteiros e casados” que tenha um prémio desportivo têm que ter a aprovação da associação, já que em qualquer momento pode haver a uma fiscalização por parte das entidades competentes e se as regras não forem cumpridas podem surgir multas. Em relação às instalações desportivas municipais foram informados os presentes que em todas elas existe um Diretor Técnico responsável como obrigatório por lei, encontrando-se afixado o respetivo diploma assim como o horário nas mesmas. Em relação aos clubes, como por exemplo o estádio de São Sebastião, foi colocada a questão ao Dr.º Vítor Dias acerca do seu processamento.-----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Informou que a modalidade tem que ser tutelada por alguém que tenha o título de treinador de desporto, neste caso do Sport Clube Mirandela - futebol, exige-se que alguém tenha na sua posse o título válido.-----

Orlando Pires, Presidente do Concelho Desportivo Municipal

Interveio e colocou a questão, se a Câmara Municipal de Mirandela ao pretender promover uma meia maratona, neste caso e para que essa prova possa ser homologada, basta estabelecer uma parceria com a Associação de Atletismo de Bragança. É neste caso é suficiente para homologar a prova?-----

Paulo Licos, Técnico Superior do IPDJ

Informou que qualquer prova organizada em parceria com uma associação distrital de qualquer modalidade está por si homologada.-----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Expôs que, o recomendado será sempre o envolvimento das associações distritais ou a federação de cada uma das modalidades, porque será uma segurança para se ter uma garantia que tudo estará conforme. Até mesmo para o IPDJ, na eventualidade de um pedido de apoio logístico ou de divulgação, se tiver a chancela da federação (legalizada e com estatuto de utilidade pública) já é suficiente. Mas existem aqui outras questões, a questão da meia maratona e provas de atletismo, um dos problemas das maratonas de provas de massas é a questão dos seguros, sendo obrigatório ter um seguro e os seguros são complexos. A federação e ou a associação têm uma seguradora que ajudará nesse aspeto, depois dependerá de modalidade para modalidade.-----

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

Estefânio Teixeira, Representante dos Bravos 278

Representante de uma modalidade da qual não existe federação, o Airsoft. Membro integrante de um clube de praticantes, homologado pelo IPDJ. Questionou o Dr.º Vítor Dias sobre quais o procedimentos a realizar para se poder formar treinadores ou um diretor técnico?-----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Em resposta ao questionado referiu que se começam a colocar questões em relação a jogos digitais com jogos virtuais, que são uma questão muito complexa. Primeiro torna-se necessário que a modalidade seja reconhecida como modalidade desportiva, depois tendencialmente terão que se constituir legalmente para representar essa modalidade. Referiu ainda que o colega Paulo Licos presente seria a pessoa indicada para falar sobre esse assunto.-----

Paulo Licos, Técnico Superior do IPDJ

Em resposta referiu que em traços gerais um clube de praticantes é um grupo de amigos que se junta para praticar uma modalidade não é tutelada por nenhuma federação, logo não se podem organizar competições, não tem que ter diretor técnico, tem que ter um manancial de regras ou regulamento próprio. Neste caso específico como são organizadas provas de orientação, terão que ter essas disciplinas ou essa modalidade com regulamentação própria, porque já entram nos estatutos da Federação de Orientação.-----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Reforçou que para haver uma modalidade e respetiva federação existem regras e as regras estão na lei, têm que passar por esse processo e têm que cumprir uma série de requisitos para se ser reconhecido como modalidade. -----

Isidro José Mata Borges, Representante do CTM

Congratulou-se pelas novas medidas que o Dr. Vítor apresentou, todas elas interessantes. Contudo questionou sobre o que pode ser esperado, o que poderá ser feito mais de imediato em relação ao estudante desportista no 2º ciclo e também no secundário, mas também quando há ida para a universidade, onde sofrem duas violências em simultâneo, quase sempre se deslocam e depois a passagem do escalão júnior para escalão sénior. Sobre a aprovação das leis na Assembleia da República, questionou se existe alguma coisa em concreto que ligue a da República ao terreno e se há novidades para o próximo ano letivo. Mirandela têm bons exemplos, e o Agrupamento de Mirandela colabora na medida do possível nos casos que vão aparecendo. -----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Referiu que as UARES são unidades de apoio ao alto rendimento nas escolas, que vão até ao 12º ano. De momento existem 430 atletas em diferentes modalidades, existem escolas programa e escolas associadas, mas nem todas as escolas do país

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

têm condições para pertencerem ao programa. Para serem escolas programa têm que cumprir um conjunto de regras como ter um professor tutor, um professor acompanhante, turmas constituídas por alunos atletas, ter sala de apoio ao estudo e possibilidade de ensino à distância, equipam-se essas escolas com tablets, com equipamento informático que os atletas podem levar quando realizam estágios ou provas, podem ainda fazer os testes ao mesmo tempo que a turma que esta na sala de aula entre outros.-----

Acrescentou que existem 14 escolas a nível nacional com as condições acima identificadas, a mais próxima de Mirandela é uma escola em Braga, a Alberto Sampaio. Existe um modelo em Guimarães, numa escola que têm um protocolo com a academia do Vitória Sport Clube, sendo o único modelo de um desporto coletivo em Portugal com estas características, em que o próprio Vitória criou uma sala de estudo para os alunos que estão deslocados. Referiu ainda que para o funcionamento deste modelo, compete às Federações a identificação dos atletas, que podem ser já atletas de alta competição ou identificados como de potencial elevado e serão esses que poderão integrar o programa, e serão os próprios atletas a escolher a escola à qual se querem associar. Em Mirandela não existe este modelo, mas não quer dizer que se justificar, não se consiga aplicar o mesmo. Referiu ainda que em relação ao ensino superior o assunto é mais complexo, o estatuto atleta estudante não tem nada a ver com o estatuto de alta competição, se as universidades não quiserem, não à lei que resista. No limite poder-se-iam obrigar, mas varia de faculdade para faculdade e de professor para professor. Aquilo que compete ao IPDJ está a ser feito, passos pequenos, mas seguros, com intuito de menos gente abandonar os estudos por causa do desporto e vice-versa. E está provado que quem pratica desporto é melhor aluno, quem tem boas condições para praticar desporto é melhor aluno. -----

António Lemos, Representante do Sport Clube Mirandela

Interveio referindo que o problema do ensino em Trás-os-Montes e Mirandela, nem é bem o ensino básico, preparatório ou secundário porque existem escolas de boa qualidade, o problema, mais precisamente no futebol, é a partir dos 15 anos onde se sente o abandono dos jovens. Nesse sentido questionou, nestas cidades que rodeiam outras que não têm ensino superior, porque não criar para estes jovens que chegam a estes patamares um acesso ao ensino superior diferenciado e criar uma turma diferenciada para eles continuarem a praticar desporto. -----

Isidro José Mata Borges, Representante do CTM

Questionou como funciona ou se existe um rácio de proporcionalidade para uma possível obtenção de escola programa, estudante-atleta? -----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Informou que não existe proporcionalidade. O programa existe há três anos, num primeiro momento com quatro escolas, depois com oito escolas e presentemente com catorze escolas programa. A rede continua a crescer, para uma possível

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

obtenção neste caso, a federação teria que sinalizar os atletas, determinar quem poderia participar neste programa e detetar os jovens com talento e condições para entrar no programa. -----

António Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cedães

Interveio dizendo que no que diz respeito ao PRID que foi acompanhando desde à dois anos, é de lamentar que as autarquias locais não possam chegar a esse programa. As freguesias não são proprietárias dos polidesportivos e se pretenderem trabalhar na melhoria das instalações não lhe é permitido beneficiar desse suplemento. -----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Tomou da palavra e informou que como é sabido o estado não pode apoiar o estado. E como Diretor Regional, sabendo que existem muitas autarquias que dão como comodato ou assinam protocolo com o clube para concorrer a esta medida, só que na realidade é a autarquia que gere. -----

António Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cedães

Referiu que na freguesia de Cedães não existem associações com vertente desportiva, ainda foi feito o desafio a duas para alterarem os seus estatutos no sentido de se chegar ao financiamento, mas não foi possível. Foi ainda exposto que existe uma prova de “*trail running*”, que terá a sua terceira edição em 2019, e deparou-se todos os anos com o mesmo problema que são os balneários para os banhos. A determinada altura pensou-se em arranjar uma solução para melhorar as condições do polidesportivo, mas existiam duas questões. Uma delas a Câmara Municipal de Mirandela não ter cedido as instalações oficialmente, não se conseguindo realizar um seguro na matriz e não sendo possível delegar numa associação por não possuírem a vertente desportiva nos próprios estatutos. Sendo as juntas de freguesia um órgão dinamizador nas pequenas localidades, tornam-se limitadas neste aspeto, não conseguindo competências financeiras para uma infraestrutura desportiva que pode custar vinte a vinte e cinco mil euros. -----
Falando-se dos polidesportivos, esta questão foi levantada no passado, os polidesportivos não são das juntas de freguesia embora alguns tenham sido construídos em terrenos das freguesias, em que as juntas compraram e cederam uma parte dos terrenos. Referiu ainda que foi confrontado no passado por um técnico da autarquia que a freguesia teria que ter um seguro, ao qual respondeu que não seria assim, que quem teria de realizar o seguro seria o município e de seguida teria de protocolar o polidesportivo à freguesia para se fazer uso do mesmo, a partir desse protocolo poder-se-iam realizar diligências necessárias. Foi deixada a nota que polidesportivos estão mercê das freguesias para serem tratados, limpos e ir mantendo, mas não são propriedade das freguesias e se um dia aparecer a ASAE o problema será de ambas as instituições. Neste caso, fazendo-se uso, mas não estando protocolado para se fazer uso das instalações, seria de todo o interesse registá-los na conservatória. Referiu o seu caso, a câmara comprou uma parte do

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

terreno e a junta de freguesia comprou outra parte e fez-se o polidesportivo, mas não se encontra registado em nome de ninguém. O terreno foi cedido para o domínio público, mas efetivamente não se encontra registado, seria do interesse de todas as partes pensar em dar de facto esse passo, porque um dia pode fazer a diferença. Deixou o alerta na esperança de que se consiga materializar o quanto antes. -----

Ricardo Gomes, Coordenador do Desporto da Câmara Municipal e Mirandela

Em relação aos polidesportivos informou que se está a realizar um levantamento dos mesmos e também de quem é a entidade gestora. O problema dos seguros decorre da lei. Para se ter uma ideia, mesmo internamente é um processo moroso, levou algum tempo com o pavilhão INATEL e com o campo da Reginorde. -----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Interveio dizendo que as freguesias são muitíssimo importantes para as comunidades, mas a lei é a lei e existe a necessidade de se perceber que o estado não se pode apoiar a si próprio. Ao programa PRID concorreram 128 clubes em 2019, em 2018 concorreram cerca de 100 clubes e conseguiram-se apoiar 23. Houve um equilíbrio na escolha dos concelhos e distritos, diversificou-se o tipo de instalações desportivas, considerou-se o abranger vários concelhos do mesmo distrito, etc. A questão dos balneários, é sempre um problema porque existe uma proposta de lei nova em que para se poder apoiar na construção/requalificação dos balneários têm que se adequar à legislação atual, daí a grande dificuldade. -----

Orlando Pires, Presidente do Concelho Desportivo Municipal

Retomou o exemplo da freguesia de Cedães, para fazer um exercício do que serão ser as funções do Conselho Desportivo Municipal. De fato, as juntas de freguesia são também um dos grandes dinamizadores da prática desportiva e cultural e da promoção do território. Também é uma verdade que cada uma das freguesias tem a sua identidade bem vincada e a autarquia apoia nessas vertentes, cada uma das freguesias na medida do que é possível, bem como no desporto. Realçou novamente a importância do debate da promoção da prática desportiva, com a qualidade que deve ter nas várias vertentes tais como segurança. E de facto quando os municípios têm mais meios, mais recursos, têm recursos humanos e têm eventualmente a capacidade de atribuir um apoio financeiro, a junção de todos esses fatores são importantes para analisar se uma determinada proposta de atividade desportiva tem ou não as garantias de qualidade e a check-list está garantida. Quando a equipa técnica analisa um caderno de encargos de um determinado evento desportivo e informa que há aspetos a melhorar, é na perspetiva da melhoria e a mesma disponibiliza-se para colaborar e para apoiar esse evento desportivo. Resumindo, a câmara municipal dentro do seu parco orçamento, encontra-se recetiva e de braços abertos, agradecendo que sejam feitos esses eventos desportivos, mas, adicionalmente coloca para si o ónus de disponibilizar a sua equipa técnica e eventualmente disponibilizar algum recurso financeiro. Porque um evento

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

desportivo que aconteça em qualquer freguesia do concelho tem repercussões em todo o concelho. Referiu ainda que é pertinente ter-se um concelho consultivo para que, sempre que seja uma atividade da responsabilidade da câmara municipal ou das juntas freguesia, esse órgão tenha também uma opinião. Foi um assunto deixado à consideração dos presentes, se dentro do grupo que esteve presente na reunião, se poderia considerar criar um órgão consultivo com meia dúzia de pessoas em que, em situações de dúvida houvesse necessidade de analisar melhor um determinado evento para o validar. Referiu ainda que outro aspeto importante seria relacionado com a avaliação dos eventos desportivos. Dando como exemplo, o presidente de junta da freguesia de Cedães que iria ter um trail dia 10 de novembro na sua freguesia, quem seria a entidade que avaliaria esse evento, para que no próximo ano o município continuasse a apoiar novamente. Quem avaliaria a Meia Maratona, entre outros. Foi da opinião que, dentro do Conselho Desportivo Municipal existia “know how” suficiente para se formar a comissão consultiva para esse efeito embora se pudesse depois definir-se se tem carácter vinculativo. -----

Vítor Dias, Diretor Regional Norte do IPDJ

Agradeceu o convite, mostrou-se disponível para ajudar em questões futuras, desejou continuação de bom trabalho e ausentou-se. -----

Orlando Pires, Presidente do Concelho Desportivo Municipal

Tomou novamente da palavra e comunicou que a primeira proposta a ser decidida, seria a criação ou não de um órgão consultivo dentro do Conselho Desportivo Municipal para dar o seu parecer sobre provas a serem promovidas pela própria câmara e também pelas juntas, dado que as provas dos clubes estão regularizadas/homologadas pelas associações e federações. Acrescentou também que existiria outra forma de olharmos para o plano de atividades desportivas para o ano 2020. Iria fazer-se chegar o mesmo ao Conselho Desportivo Municipal, o qual daria o seu parecer sobre cada uma das atividades (claro que não inclui o calendário de provas federativo), provas e eventos pontuais. -----

Vítor Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela

Interveio, questionando se a junta de freguesia de Mirandela, que não organiza nada por si só, procura sempre uma entidade colaboradora que organize e a junta apoia, terá que submeter qualquer prova desportiva à aprovação do Conselho Desportivo Municipal. -----

Orlando Pires, Presidente do Concelho Desportivo Municipal

Informou que pode ser submetida, mas não propriamente para ser aprovada, mas com a ideia de que o Conselho é um órgão consultivo, que deve estar informado sobre o que são as atividades desportivas do concelho e aquilo que seria o acompanhamento e avaliação dessa prova.-----

Vítor Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

Tomou novamente da palavra e questionou se essa avaliação seria para apoiar ou não a participação da mesma. -----

Orlando Pires, Presidente do Concelho Desportivo Municipal

Respondeu à questão dizendo que teriam de ser criados instrumentos. Não é razoável que a autarquia apoie a promoção de um evento que tenha impacto negativo no território. Se todos estamos a promover um evento, temos de ter responsabilidades sobre esse evento, pelo que o que se pretendia desse Conselho Consultivo era verificar se havia condições suficientes ou que tipo de apoio essa prova merecia, na vertente de acompanhar, dar opinião para promover a melhoria. A ideia não é para validar ou excluir, a proposta é em conjunto com o promotor dessa prova dar um parecer de forma a poder ajudar a melhorar. -----

Sofia Eduarda Correia Morais, Representante do Desporto Adaptado

Interveio dizendo que primeiro seria melhor criar um instrumento de avaliação uniforme para todos, para depois se poder opinar sobre os eventos. -----

Nuno Silva Magalhães, Representante eleito da Assembleia Municipal

Interveio dizendo que não podemos emitir pareceres técnicos, podemos sim dar um apoio ou opinião, podemos dar o nosso contributo ao nível social e dizer se foi bom ou não. -----

Orlando Pires, Presidente do Concelho Desportivo Municipal

Sublinhou que o parecer técnico seria sempre dado pelos técnicos e também por quem organiza a prova. O que está em causa é o contributo para a melhoria dos eventos. Como é que os outros clubes podem ajudar, que tipo de sinergias podem ser criadas. Haverá eventos que já tem determinada tradição, estrutura e não precisam de alavanca, mas outros sim. O Conselho Consultivo seria mais um grupo de análise. -----

Nuno Silva Magalhães, Representante eleito da Assembleia Municipal

Referiu que a preocupação deve ser realizar uma recolha das atividades para se elaborar uma lista, referente a 2020, para depois o Conselho Desportivo Municipal dar a sua opinião sobre as atividades nela contidas e poder opinar e decidir. -----

Orlando Pires, Presidente do Conselho Desportivo Municipal

Realçou que instrumento da atribuição de apoios e subsídios foi elaborado há dez anos e a partir daí muita coisa evoluiu, pelo que é premente iniciar um processo de revisão do regulamento com o contributo de todos. Pretende-se a envolvimento de todos no processo, caminhando para aquilo que são os Contratos Programa que será assinado com cada uma das associações e clubes. -----

Ponto três- Indicação do Secretário(a) do Conselho Desportivo Municipal

Orlando Pires, Presidente do Conselho Desportivo Municipal

Comunicou aos presentes a necessidade de indicação do secretário ou secretária do Conselho Desportivo Municipal, que será a pessoa que irá elaborar as atas das reuniões. Questionou se algum dos presentes se propunha a tal tarefa, o que não veio a acontecer, pelo que propôs a Professora Liliana Correia (Técnica de Desporto). Foi eleita por unanimidade a Professora Liliana Correia como a secretária do Conselho Desportivo Municipal. -----

Ponto quatro - Indicação de membros constituintes do Conselho Desportivo Municipal

Orlando Pires, Presidente do Conselho Desportivo Municipal

Informou que para o Conselho Desportivo Municipal ficar concluído é necessário indicar dois elementos de reconhecido mérito desportivo e dois elementos de reconhecido mérito técnico-científico. Solicitou que sejam feitas propostas para que sejam votadas na próxima reunião do CDM, em setembro de 2019. -----

Isidro José Mata Borges, Representante do CTM

Retomou a questão da proposta apresentada, do Conselho Consultivo. Considerou-a positiva, mas reconheceu que a equipa de desporto municipal deverá ter esse papel e que em caso de necessidade, poderia chamar alguém capaz de ajudar a ajuizar em determinada situação. -----

Orlando Pires, Presidente do Conselho Desportivo Municipal

Transmitiu que a questão do órgão consultivo não está amadurecida e a decisão de assuntos cabe ao Conselho Desportivo Municipal. Lançou um desafio a cada um dos presentes, de que quando se iniciar à alteração dos regulamentos é necessária a colaboração ativa de todos e nessa medida são *conselheiros* do Conselho Desportivo Municipal. Reforçou para que pensassem com clareza nos dois elementos de mérito desportivo e também nos dois elementos de mérito técnico-científico. Acrescentou ainda que a partir do momento que os presentes são *conselheiros* do Desporto também têm a responsabilidade e obrigação de comunicar aspetos, ao nível desportivo, que entendam que devem ser tratados no âmbito do Conselho Desportivo Municipal. -----

Encerramento da reunião

E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião quando eram vinte horas e trinta minutos. -----

Conselho Desportivo Municipal de Mirandela

O Presidente do Conselho Desportivo Municipal

Orlando Pires

A Secretária

Liliana Correia